

**O Parquinho da ação tática da comunidade do Sol Nascente: uma proposta de projeto de paisagismo para prevenção de riscos hidrológicos com aplicação de Sbn.**

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO BIOFÍSICA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Raísa Dias Alves  
Universidade de Brasília  
E-mail: raisadiaspj@gmail.com

Liza Maria de Andrade  
Universidade de Brasília  
E-mail: liza@unb.br

Vânia Raquel Teles Loureiro  
Universidade de Brasília  
E-mail: vania.teles.loureiro@gmail.com

**RESUMO**

Este trabalho, vinculado ao Laboratório Periférico - Assessoria Sociotécnica, tem como objetivo apresentar o processo de projeto do Parque Ecológico do Sol Nascente e a construção comunitária do Parquinho Infantil na quadra 209 do Sol Nascente, no contexto do Plano comunitário de gestão e redução de riscos em comunidades dos trechos 2 e 3 do Sol Nascente em Ceilândia-DF, com propostas de Soluções Baseadas na Natureza – SBNs, vinculado ao Programa Periferia Sem Risco do MCidades. O estudo evidencia o papel do projeto paisagístico como ferramenta estratégica para restaurar funções ecológicas, qualificar espaços públicos e mitigar riscos hidrológicos em territórios vulneráveis. A metodologia teve como base análise das dimensões de sustentabilidade no Trecho 2 do Sol Nascente, bem como a identificação das áreas de risco na região, sistematização de padrões espaciais e construção de cenários verdes com envolvimento da comunidade. Como resultado, foi elaborado um projeto propondo a criação de um parque ecológico na área ao redor das bacias de drenagem da Quadra 209 do Trecho 2 do Sol Nascente, com propostas de intervenções de desenho urbano sensível à água nas escalas, macro, intermediária e micro, além da implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) para a mitigação de riscos hidrológicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sol Nascente, Parque Ecológico, Gestão de Riscos, Soluções Baseadas na Natureza.

**ABSTRACT**

This article, linked to the Laboratório Periférico - Assessoria Sociotécnica, aims to present the design process for the Sol Nascente Ecological Park and the community construction of the Children's Playground in block 209 of Sol Nascente, in the context of the community plan for management and risk reduction in communities in sections 2 and 3 of Sol Nascente in Ceilândia-DF, with proposals for Nature-Based Solutions (NBS), linked to the MCidades Periferia Sem Risco Program. The study highlights the role of landscape design as a strategic tool for restoring ecological functions, improving public spaces, and mitigating hydrological risks in vulnerable territories. The methodology was based on an analysis of the dimensions of sustainability in Section 2 of Sol Nascente, as well as

the identification of risk areas in the region, the systematization of spatial patterns, and the construction of green scenarios with community involvement. As a result, a project was developed proposing the creation of an ecological park in the area around the drainage basins of Block 209 of Section 2 of Sol Nascente, with proposals for water-sensitive urban design interventions at the macro, intermediate, and micro scales, in addition to the implementation of Nature-Based Solutions for the mitigation of hydrological risks.

**KEYWORDS:** Sol Nascente, Ecological Park, Risk Management, Nature-Based Solutions.

## 1 INTRODUÇÃO

A Região Administrativa Sol Nascente no Distrito Federal se caracteriza como um local de alta vulnerabilidade social e ambiental. Devido a sua extensão territorial e aos primeiros projetos de regularização fundiária realizados, em 2009 o Sol Nascente foi dividido em três trechos, denominados Trecho 01, Trecho 02 e Trecho 03. O Trecho 02, situado entre os vales dos córregos do Pasto e do Meio, é subdividido em Etapa 01 e 02, com esta última apresentando projeto urbanístico aprovado pela CODHAB. Dentre as informações relevantes coletadas no levantamento histórico da região, destacam-se os problemas relacionados a má gestão das águas pluviais e declividade acentuada, que acarreta erosões e voçorocas nas vias.

A área está localizada próxima às bordas de chapada, em uma região com vales e córregos afluentes do Rio Melchior, que hoje está classificado como nível IV de poluição e recebe 40% dos esgotos do DF. O processo de expansão irregular e desordenado implicou na ausência de uma infraestrutura urbana adequada, com a insuficiência de saneamento básico e equipamentos públicos e acarretou diversos problemas ambientais, uma vez que a RA se desenvolveu em uma área de fragilidade ecológica com vales e córregos afluentes do Rio Melchior, que hoje está classificado como nível IV de poluição e recebe 40% dos esgotos do DF. Segundo dados do PDAD 2021, a região sofre com grandes riscos ambientais e sanitários que são percebidos pelos moradores.

O levantamento indica que 8,9% da população relata a presença de áreas de erosão próxima aos domicílios, enquanto 6,2% identificam trechos com inclinação acentuada suscetíveis a deslizamentos de terra. Além disso, 34,9% relataram a existência de esgoto a céu aberto nas ruas com apenas 71,6% dos domicílios ligados à rede geral da CAESB de esgotamento sanitário e 44,5% relataram alagamentos durante períodos de chuva. Tais indicadores evidenciam a fragilidade ambiental e insuficiência de estrutura urbana que marcam a região.

Diante do exposto, as Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e o Desenho Urbano Sensível à Água (WSUD) se apresentam como estratégias imprescindíveis para enfrentar os desafios socioambientais identificados e qualificar o planejamento urbano, auxiliando na mitigação de riscos hidrológicos em áreas periféricas. Em contrapartida às grandes obras de intervenções convencionais de engenharia, que tendem a ser onerosas e frequentemente são insuficientes para lidar com as dinâmicas ambientais de forma eficaz, torna-se necessário promover a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SbN), com intervenções em menor escala e de custo reduzido em relação às infraestruturas convencionais, realizadas de forma participativa com as comunidades locais, que emergem como alternativas mais sustentáveis, eficazes e resilientes frente as mudanças climáticas ao promover a integração entre infraestrutura verde, sustentabilidade e inclusão social.

Figura 1: Localização da área de intervenção

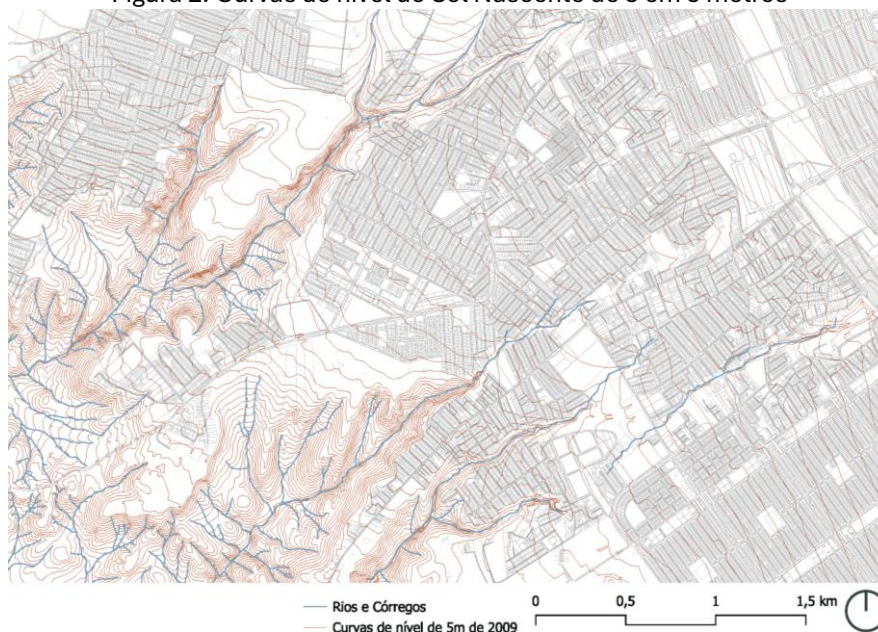


Fonte: Raísa Dias, 2026

## 2 ANÁLISE DE RISCOS E DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

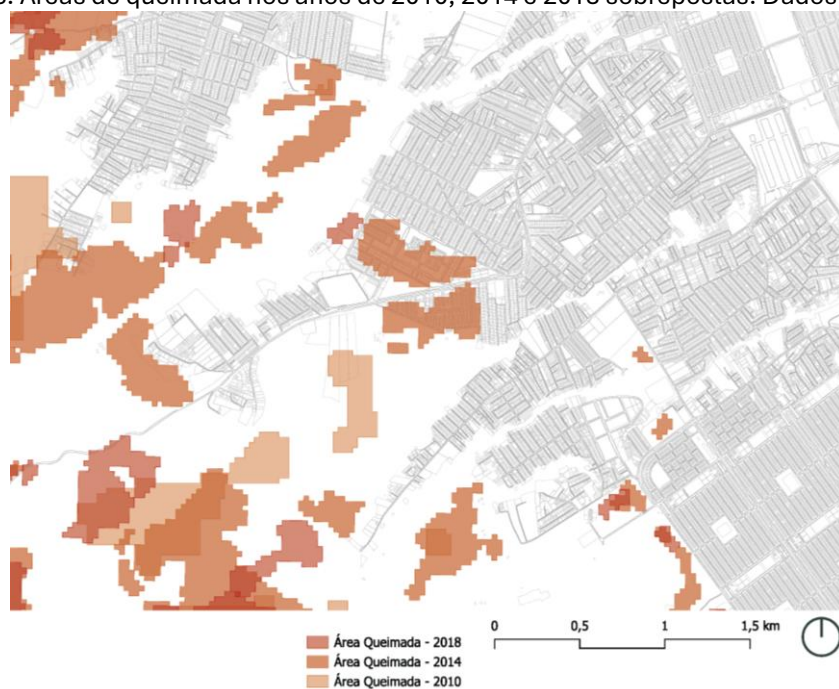
A ocupação no Sol Nascente iniciou-se de forma rural em meados de 1976, com a presença de chácaras e fazendas, e se intensificou em 1990 com o fracionamento irregular de terrenos e um crescimento urbano desordenado, logo passando a ser considerada uma das maiores ocupações informais do país. Em 2008 através da sanção da Lei Complementar nº 785, os setores habitacionais foram transformados em Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) e em 2019 houve o desmembramento da área, tornando o Sol Nascente a 32ª Região Administrativa do DF.

Figura 2: Curvas de nível do Sol Nascente de 5 em 5 metros



Fonte: Raísa Dias, 2024

Figura 3: Áreas de queimada nos anos de 2010, 2014 e 2018 sobrepostas. Dados: CBMDF



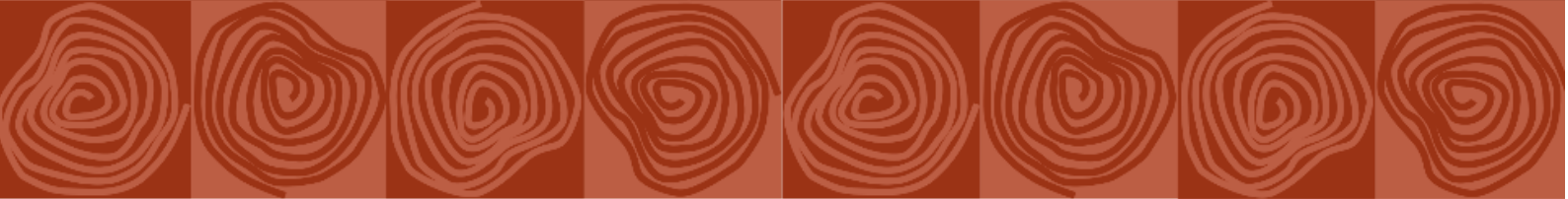
Fonte: Raísa Dias, 2024

Figura 4: Evolução das ocupações.



Fonte: Raísa Dias, 2024

A partir da análise das dimensões da sustentabilidade apresentadas nos mapas, torna-se possível identificar múltiplos problemas que incidem sobre o Sol Nascente, com maior intensidade nas esferas ambiental e social. A comparação entre os mapas de áreas atingidas por queimadas e o mapa de evolução das ocupações revela que, logo após a ocorrência dos incêndios, as áreas afetadas passaram a ser ocupadas. Observa-se que a região mais impactada pelas queimadas em 2014 corresponde, igualmente, àquela que



apresentou o maior crescimento de ocupações no período entre 2014 e 2015, padrão que se repete em outros anos analisados. Esse cenário evidencia a expressiva presença de práticas de grilagem de terras no Sol Nascente, constituindo-se como um dos principais vetores do processo inicial de ocupação da área.

As áreas atingidas pelos incêndios integram a poligonal de área rural com proteção ambiental; entretanto, tal condição tem se mostrado insuficiente para assegurar a preservação da vegetação local ou para impedir a atuação de grileiros. A inexistência de fiscalização efetiva e de medidas adequadas de gestão transforma áreas protegidas em alvos vulneráveis a práticas ilegais. Ademais, a população local não usufrui desses espaços como áreas de lazer ou para a prática de atividades esportivas, o que contribui para sua degradação contínua.

A carência de espaços culturais e de equipamentos de lazer é igualmente perceptível nos três trechos do Sol Nascente. A região não dispõe de parques de qualidade, áreas adequadas para a prática de esportes ao ar livre ou equipamentos culturais, como galerias de arte. Os equipamentos existentes mais próximos encontram-se na Ceilândia; contudo, o acesso a esses espaços é dificultado por deficiências no sistema de transporte público, considerando-se o reduzido número de terminais de ônibus na região e o fato de as estações de metrô estarem situadas além da distância considerada caminhável para os pedestres. Tal condição evidencia a necessidade não apenas de melhorias nos modais de transporte, mas também de uma maior oferta de equipamentos públicos e de espaços destinados ao lazer e à cultura no próprio Sol Nascente, de modo a reduzir a necessidade de longos deslocamentos por parte da população.

A região apresenta ainda condições climáticas adversas, caracterizadas por temperaturas elevadas e pela escassez de arborização capaz de contribuir para a formação de microclimas mais amenos. A maior parte das árvores e da vegetação identificadas encontra-se no interior dos lotes e nos quintais das residências, sendo reduzida a presença de vegetação nos canteiros centrais, áreas livres e calçadas. Em decorrência dessa configuração, a circulação de pedestres torna-se desconfortável, em virtude das altas temperaturas e da ausência de sombreamento adequado. Soma-se a isso o fato de as calçadas serem estreitas ou inexistentes e de a malha cicloviária não se estender até o Sol Nascente, estando restrita às áreas centrais da Ceilândia e apresentando descontinuidades, o que desestimula o uso de modos alternativos de transporte. Por fim, as bacias de drenagem do Trecho II estão inseridas em área de proteção ambiental; todavia, observa-se em seu entorno o acúmulo de resíduos sólidos, além da degradação e das queimadas da vegetação nativa do Cerrado. Tal situação evidencia a necessidade de maior atenção, conservação e ações efetivas de preservação do bioma local.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa adotou uma abordagem participativa, desenvolvida em conjunto com a comunidade do Sol Nascente, no âmbito do Programa Periferia Sem Risco, do Ministério das Cidades (MCidades), com o objetivo de aprofundar a compreensão da realidade local a partir da vivência cotidiana de seus moradores. Inicialmente, realizou-se um levantamento histórico do território, visando contextualizar o processo de ocupação e as

dinâmicas socioambientais da área de estudo. Nessa etapa, procedeu-se também à análise das dimensões da sustentabilidade, a fim de identificar fragilidades e potencialidades do território.

Para o mapeamento dos riscos e das potencialidades locais, foram desenvolvidas atividades de campo por meio de oficinas participativas promovidas pela equipe do Plano Comunitário de Redução de Riscos, com a colaboração do Laboratório Periférico, do Coletivo Panã e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Nessas atividades, empregaram-se ícones e padrões visuais como ferramentas de apoio metodológico, permitindo a identificação, de forma colaborativa com a população, dos principais problemas enfrentados na região, bem como das possíveis soluções. As oficinas realizadas foram: a Oficina de Mapeamento Afetivo e de Riscos (06/07/2024), com a participação de 56 moradores; a Oficina de Mapeamento de Padrões de Soluções Baseadas na Natureza (13/07/2024), com 33 participantes; e a Oficina de Tática Urbana (24/08/2024), que contou com 54 participantes.

Complementarmente, a partir de um trabalho desenvolvido pelo Grupo Periférico em maio de 2024 (08/05), os moradores dos Trechos II e III do Sol Nascente identificaram a existência de 18 pontos críticos associados a situações de risco. Nos meses de maio e junho, foram realizadas atividades de campo nos dois setores, por meio de caminhadas diagnósticas, com o objetivo de analisar in loco as situações relatadas pela população. Como resultado desse processo, os riscos identificados foram sistematizados e classificados em nove categorias distintas: enxurradas; acúmulo de terra e lixo nas bordas de chapada; erosão nas vias; descalçamento das fundações das edificações junto aos córregos; risco de desabamento de residências localizadas próximas às bordas de chapada; problemas nas bacias de contenção; riscos associados a cortes e aterros realizados durante a construção das habitações; problemas estruturais em muros de arrimo; e afundamento das bases das edificações, relacionado à presença de solos colapsíveis. Os ícones representativos dos riscos identificados tanto nas oficinas quanto nas caminhadas diagnósticas foram consolidados e organizados em cinco grupos temáticos, utilizados posteriormente na Oficina de Mapeamento Afetivo: ocupação inadequada; infraestrutura e equipamentos; poluição e recursos naturais; processos perigosos; e referências comunitárias.

Para o desenvolvimento da segunda oficina, adotou-se como base metodológica a “linguagem de padrões”, proposta por Christopher Alexander, amplamente utilizada nos campos da arquitetura e do urbanismo, a qual permite identificar adversidades recorrentes no meio urbano para, posteriormente, associá-las a soluções espaciais adequadas. De acordo com a metodologia apresentada por Andrade (2014), os padrões são classificados em: padrões globais, relacionados à configuração da paisagem e à heterogeneidade espacial dos ecossistemas; padrões globais voltados à organização das comunidades, bairros e agrupamentos edificados; e padrões locais, referentes às edificações individualmente ou em relação aos lotes.

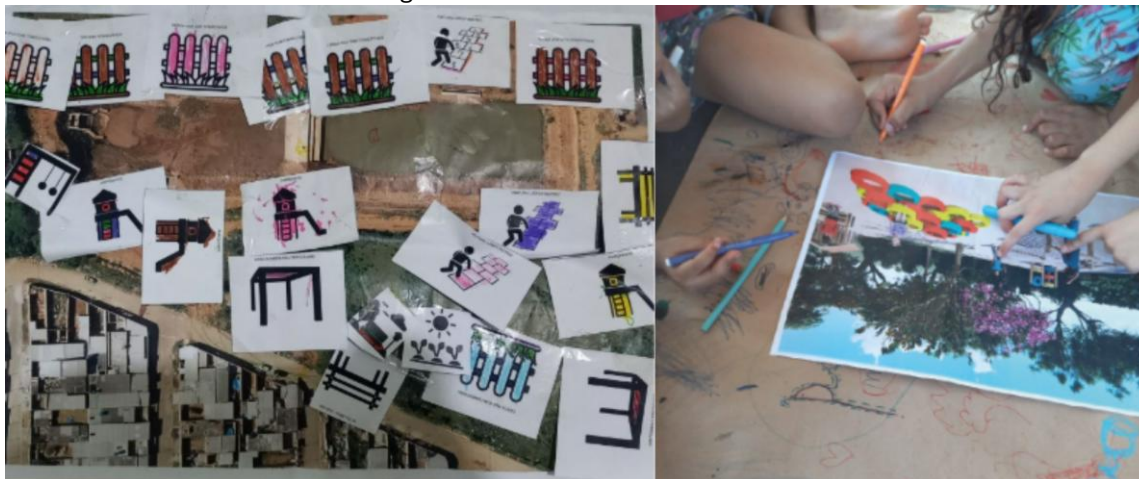
A partir do conjunto de 52 padrões organizados conforme Andrade et al. (2016), foram selecionados 27 padrões considerados mais adequados à realidade do Sol Nascente. Esses padrões foram agrupados em seis categorias: padrões de drenagem; padrões de recomposição da vegetação nativa; padrões de agricultura; padrões de tratamento de água e esgoto; padrões de mobilidade e pavimentação; e padrões voltados às encostas.

Na Oficina de Mapeamento Afetivo, realizada em 06/07/2024, a equipe do Plano Comunitário disponibilizou mapas da região e os ícones representativos dos riscos categorizados, permitindo que os participantes identificassem, de forma coletiva, as áreas com maior incidência de cada tipo de risco. Em continuidade, na oficina realizada em 13/07/2024, os 27 padrões de Soluções Baseadas na Natureza foram apresentados à comunidade, que indicou, sobre os mesmos mapas, os locais mais adequados para a implementação de cada solução, buscando responder de forma integrada aos riscos hidrológicos previamente identificados.

Na Oficina de Tática Urbana realizada em 24 de agosto de 2024, foi construído de forma participativa um parquinho infantil utilizando materiais como madeira e pneus, em um trabalho coletivo realizado pelos integrantes do Plano Comunitário de Redução de Riscos, militantes do MTST, Coletivo Panã e pela comunidade local. Foi realizada também uma atividade paralela direcionada às crianças participantes do programa Infância Saudável, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST), com o objetivo de coletar propostas e percepções voltadas ao projeto do Parque Ecológico da Quadra 209. Para essa atividade, foram apresentados padrões de soluções vinculados ao uso e à qualificação de espaços de parque, passíveis de aplicação na área em estudo.

As crianças foram convidadas a selecionar os padrões que julgavam mais interessantes, realizar a pintura dos respectivos desenhos e, posteriormente, posicioná-los sobre um mapa impresso, indicando os locais onde desejavam que cada solução fosse implantada. Essa dinâmica possibilitou a incorporação das percepções infantis ao processo projetual, valorizando a participação ativa desse público na construção do espaço. Os padrões de soluções apresentados na atividade foram: horta comunitária; parquinho; Ponto de Encontro Comunitário (PEC); mobiliário em madeira; pintura lúdica no piso; cerca viva com espécies comestíveis; área sombreada com pergolado; e praça de bairro.

Figura 5: Oficina de Tática Urbana



Fonte: Acervo do Laboratório Periférico, 2024

Figura 6: Oficina de Tática Urbana



Fonte: Acervo do Laboratório Periférico, 2024

A realização do projeto do parquinho em conjunto com a população evidencia a relevância da integração entre o conhecimento técnico e o saber popular, promovendo soluções mais sensíveis às demandas locais e socialmente legitimadas. Esse processo participativo contribui para o fortalecimento da autonomia comunitária e da confiança dos moradores, que passam a se reconhecer como agentes ativos na transformação do território. Além disso, o fato de o espaço de lazer ter sido construído coletivamente, com o envolvimento direto da população, intensifica o senso de pertencimento e cuidado, favorecendo a apropriação do espaço e sua manutenção ao longo do tempo.

## 4 PROPOSTAS PROJETOAIS

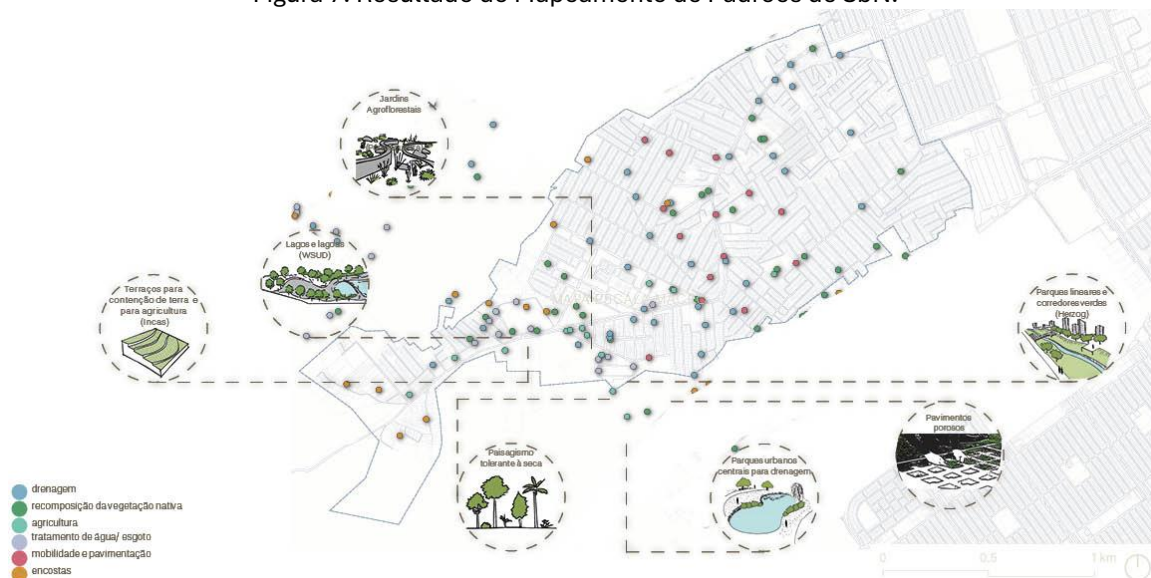
### 4.1 Escala Macro

A partir do diagnóstico apresentado e das oficinas realizadas, foram pensadas duas diretrizes de projeto para nortear a elaboração do trabalho. As diretrizes pensadas foram: Cidade Verde e Memorável, tendo como objetivo criar uma cidade verde e sustentável, com elementos visuais marcantes que despertem na população a sensação de pertencimento e crie o desejo de preservar o local e a natureza nele presente.

O Parque Ecológico deverá servir como ponto de encontro e ponto de referência e lazer, trazendo dignidade para a população. A segunda diretriz, Comunidade e Vizinhança, tem como objetivo criar um maior senso de comunidade na população residente no local e criar uma vizinhança segura e protegida. Com a melhoria nas ruas, calçadas e iluminação, a população é convidada a ocupar ativamente a rua, tornando o ambiente mais seguro e criando uma rede de apoio com os vizinhos.

Seguindo os parâmetros apontados e o mapeamento realizado pelos moradores na Oficina de Mapeamento de Padrões, foi elaborado um mapa esquemático identificando locais em que as soluções baseadas na natureza poderiam ser implementadas, sendo que as mais recorrentes foram jardins agroflorestais, lagos e lagoas (WUSD), terraços para contenção de terras e para agricultura, paisagismo tolerante à seca, parques lineares e corredores verdes, pavimentos porosos e parques urbanos centrais para drenagem. Nota-se que os padrões de SbN mais apontados no mapa foram os relacionados à drenagem e recomposição da vegetação nativa, evidenciando o que foi exposto anteriormente a respeito dos problemas causados pelas chuvas e enxurradas e pela falta de vegetação na região.

Figura 7: Resultado do Mapeamento de Padrões de SbN.



Fonte: Raísa Dias, 2024

#### 4.2 Escala Intermediária

Para o desenvolvimento da escala intermediária, realizou-se um recorte espacial com maior aproximação da área de intervenção, delimitada na Quadra 209 do Trecho 2. A partir desse recorte, foram selecionados quatro pontos indicados pela população durante primeira oficina como áreas de risco para a elaboração de colagens representando possibilidades de transformação da paisagem por meio da aplicação de Soluções Baseadas na Natureza.

As colagens produzidas foram posteriormente impressas e apresentadas à comunidade do Sol Nascente na oficina de Mapeamento de SbNs realizada no dia 06/07/2024 pela equipe do Plano Comunitário, com o objetivo de inspirar os moradores na transformação e criação de cenários verdes aplicáveis ao contexto periférico.

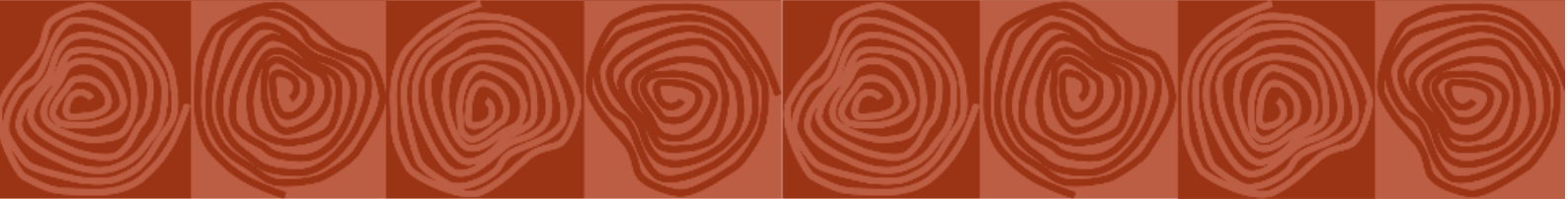


Figura 8: Colagens de SbN

COLAGENS - ANTES E DEPOIS | ESCALA INTERMEDIÁRIA

CANTEIRO CENTRAL | ANTES



COZINHA DO MTST | ANTES



BACIA DE RETENÇÃO | ANTES



BIOVALETA | ANTES



CANTEIRO CENTRAL | DEPOIS



COZINHA DO MTST | DEPOIS



BACIA DE RETENÇÃO | DEPOIS



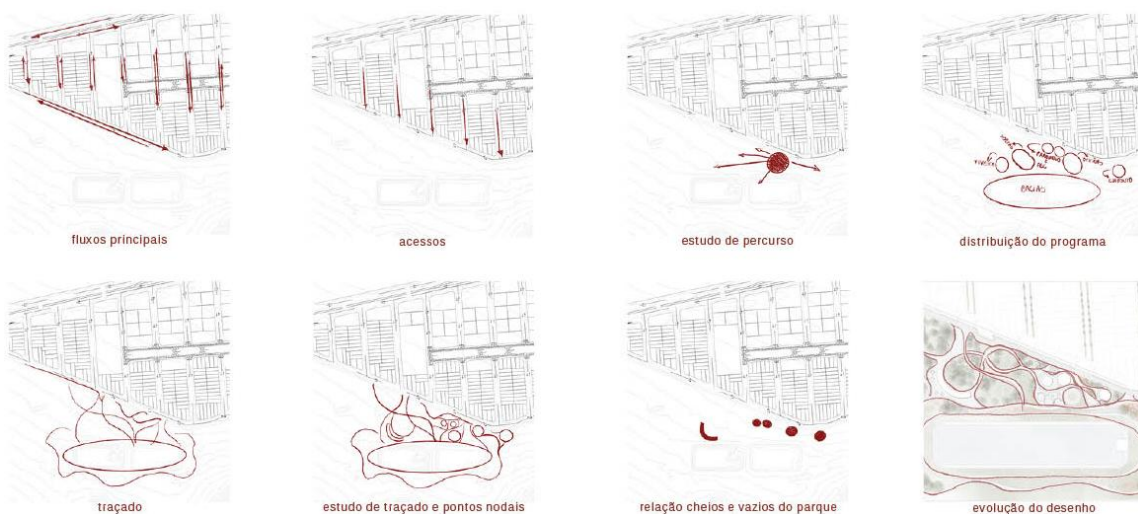
BIOVALETA | DEPOIS

Fonte: Raísa Dias, 2024.

### 4.3 Escala Micro

Com base no material produzido pelas crianças durante a oficina participativa e nos padrões de soluções apresentados previamente, foi desenvolvido o partido arquitetônico e paisagístico do Parque Ecológico da Quadra 209. O processo projetual teve início com a identificação e o traçado dos principais fluxos de circulação da área, bem como dos acessos mais utilizados pela população local. Essa etapa preliminar permitiu compreender as dinâmicas cotidianas de deslocamento e estabelecer diretrizes para a distribuição do programa de necessidades.

Figura 9: Estudo de partido do projeto



Fonte: Raísa Dias, 2024.

A partir dessa leitura inicial, procedeu-se à organização espacial dos diferentes usos e atividades do parque, articulando-os às Soluções Baseadas na Natureza (SbN) destinadas ao manejo e à drenagem das águas pluviais. Considerando que as vias do entorno apresentam largura reduzida, a implantação das intervenções projetadas exigiu, como medida de otimização do espaço disponível, a transformação das ruas em vias de mão única. Essa alteração ampliou a área destinada aos pedestres e possibilitou o alargamento das calçadas, criando faixas contínuas adequadas para a instalação de jardins de chuva lineares ao longo de todo o percurso. Tais jardins desempenham a função de infiltrar parte do volume de água superficial, reduzindo a sobrecarga na bacia de drenagem e contribuindo para a mitigação do risco de enxurradas.

Na avenida situada na parte inferior que dá acesso ao parque, foram implantadas travessias elevadas para pedestres, que desempenham simultaneamente funções de segurança viária e de infraestrutura verde. As travessias foram projetadas para permitir a passagem da tubulação proveniente dos jardins de chuva localizados no sistema viário, viabilizando sua condução até os jardins de chuva que tangenciam o parque e, subsequentemente, sua integração direta com a bacia de drenagem existente. Dessa forma, estabeleceu-se um sistema hidrológico contínuo e interdependente, capaz de melhorar a eficiência do escoamento e ampliar a capacidade de infiltração do solo.

Para facilitar o acesso da população ao local, foram criadas vagas de estacionamento em ângulo de 45° nas proximidades da entrada principal, garantindo maior comodidade aos usuários e organização do fluxo de veículos. Complementarmente, implantaram-se calçadas acessíveis, ciclovias e uma pista de cooper ao redor da bacia de drenagem, proporcionando espaços adequados à prática de atividades físicas e incentivando modos de deslocamento sustentáveis.

Em uma área do terreno anteriormente utilizada como ponto de descarte irregular de resíduos sólidos, foi projetado um ecoponto destinado à recepção de entulho e ao descarte ambientalmente adequado desses materiais. Essa medida buscou não apenas reduzir o impacto ambiental gerado pela disposição inadequada de lixo, mas também evitar que resíduos fossem carregados pelas águas pluviais em direção ao Rio Melchior, contribuindo para a proteção dos recursos hídricos locais.

No que se refere ao paisagismo produtivo e à participação comunitária, foram criados espaços destinados ao plantio coletivo, organizados em hortas do tipo mandala e integrados a um viveiro para produção de mudas. Essa estrutura possui dupla função: fornecer insumos vegetais às próprias hortas e apoiar as ações de reflorestamento da área de vegetação nativa degradada situada na região inferior do parque. Dessa forma, promove-se a educação ambiental, o engajamento comunitário e a requalificação ecológica do território.

A escolha das espécies arbóreas e vegetais foi realizada com base na cartilha de arborização urbana elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal. Todas as espécies selecionadas são adequadas para plantio em áreas próximas a calçadas e fiações aéreas, garantindo segurança e reduzindo a necessidade de podas corretivas. O projeto mescla espécies nativas e exóticas, além de arbustos e plantas floríferas, compondo um conjunto paisagístico diversificado. A seleção contemplou espécies com diferentes períodos de floração, de modo a assegurar que o parque permaneça visualmente atrativo e colorido ao longo de todo o ano, fortalecendo sua função estética, ecológica e social.

Figura 10: Planta Baixa do Parque Ecológico



Fonte: Raísa Dias, 2024.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da região e o desenvolvimento do projeto demonstram de forma consistente o potencial de se construir um urbanismo sensível à água, resiliente e socialmente justo em territórios periféricos. Ao articular participação comunitária, planejamento integrado e Soluções Baseadas na Natureza, evidenciou-se que a vulnerabilidade urbana não constitui um limite absoluto, mas um campo fértil para inovação socioambiental. O processo colaborativo e a inclusão de moradores do território durante a concepção do projeto nos mostra que o diálogo com a comunidade não apenas qualifica as decisões de projeto, mas também fortalece o sentimento de pertencimento e favorece a apropriação do espaço público, condição fundamental para sua longevidade.

O estudo de caso da Quadra 209 confirma que intervenções paisagísticas estruturadas a partir da drenagem urbana sustentável têm a capacidade de transformar áreas degradadas em ambientes ecologicamente eficientes e socialmente inclusivos. A adoção de jardins de chuva, a reorganização viária, a ampliação de áreas verdes e a implantação de equipamentos comunitários demonstram que as Soluções Baseadas na Natureza oferecem respostas eficazes para mitigar enchentes, qualificar o microclima e promover biodiversidade, ao mesmo tempo em que ampliam oportunidades de convivência e bem-estar.

Além disso, o paisagismo ecológico mostrou-se fundamental para integrar infraestrutura à ecologia e uso social, permitindo que a bacia de drenagem deixasse de ser apenas um dispositivo técnico e se tornasse um estruturador do desenho urbano. Esta experiência reforça que projetos baseados na lógica da regeneração ambiental são capazes de

transformar passivos urbanos em ativos coletivos, contribuindo para a redução de desigualdades socioespaciais.

Assim, conclui-se que iniciativas como a proposta para o Parque da Quadra 209 apontam caminhos concretos para a construção de cidades mais justas, adaptativas e ambientalmente responsáveis. O caso analisado ilustra que, quando planejamento, participação social e soluções ecológicas convergem, torna-se possível promover um urbanismo que cuida da água, da natureza e das pessoas, especialmente na periferia, onde tais transformações são mais urgentes.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA Sara; Murray, SILVERSTEIN; JACOBSON, Max; FIKSDAHL-KING, Ingrid; ANGEL, Shlomo. **A Pattern Language: towns, buildings, construction**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1977.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Orientador: Raquel Naves Blumesnchein. 2014. 544 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANDRADE, Liza Maria Souza de.; MELO, Bruna Bacelar Pontes.; VIANA, Ângela Pereira. **Desenhando com a água no meio urbano – Padrões espaciais de infraestrutura ecológica e crescimento urbano inteligente**. In: SBE Series Brasil, Portugal, UFES, 2016.

ANDRADE, Liza Maria Souza de.; MORETTI, Ricardo de Sousa.; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles.; ROCHA, Heliana Faria Mettig. **Formação popular para elaboração do plano comunitário de gestão de riscos frente às mudanças climáticas com Soluções baseadas na Natureza no Sol Nascente-DF**. In: PLURIS 2024, 10º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – Cidades e Territórios em Transição. Guimarães – Portugal, 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 785, de 14 de novembro de 2008. **Cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo**. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 21 nov. 2008. Disponível em: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/59079/Lei\\_Complementar\\_785\\_14\\_11\\_2008.pdf](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/59079/Lei_Complementar_785_14_11_2008.pdf). Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL, Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Dispõe sobre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dá outras providências**, 2012.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios (PDAD) 2021 - Sol Nascente/Pôr do Sol: Relatório CODEPLAN**. Brasília/DF: DIEPS, 2022. 134 p. Disponível em: [https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Sol\\_Nascente\\_-\\_Por\\_do\\_Sol.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Sol_Nascente_-_Por_do_Sol.pdf). Acesso em: 25 jun de 2025.

COHEN-SHACHAM, Emmanuelle et al. **Nature-based solutions to address global societal challenges**. IUCN: Gland, Switzerland, v. 97, p. 2016-2036, 2016. Disponível em: [https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB\\_93FD38C8836B.P001/REF](https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_93FD38C8836B.P001/REF)

LOPES, Daniela Cunha ET AL. **Construindo comunidades mais seguras: preparando para a ação cidadã em defesa civil**. Ed. UFSC – CEPED. Florianópolis/SC, 2009.

NERES, Mayara. **Espaços Públicos no Sol Nascente: Construindo Urbanidade**. Orientador: Vânia Raquel Teles Loureiro. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SOUZA, Vinícius Coelho Faula. **Gestão de riscos e planejamento territorial: construindo comunidades seguras, resilientes e sensíveis à água**. Orientadores: Liza Maria Souza de Andrade e Ricardo Moretti. 2023. Trabalho de Ensaio Teórico (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.